

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E SEUS SENTIDOS: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

INDEXING POLICY AND ITS MEANINGS: A STUDY BASED ON DISCOURSE ANALYSIS

Valdenise César Garcia^a
Franciele Marques Redigolo^b
Thiago Henrique Bragato Barros^c
João Batista Ernesto de Moraes^d

RESUMO

Introdução: A temática da política de indexação é discutida por diferentes autores com o objetivo de aperfeiçoar os processos de indexação para representação e recuperação da informação. **Objetivo:** Verificar quais são as formulações discursivas atualmente realizadas neste universo e como elas são caracterizadas no contexto da Organização e Representação da Informação. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa e descritiva, analisou-se artigos que abordam a temática política de indexação publicados nos últimos cinco anos, 2011-2016, nos periódicos científicos nacionais na área de “Comunicação e Informação”, que engloba periódicos da Ciência da Informação classificados no Qualis-Periódicos com estratificação A1. A abordagem da Análise do Discurso empregada é a de vertente francesa, tendo como fundamento teórico o arcabouço conceitual de Michel Pêcheux. **Resultados:** Percebeu-se, por meio da operação de análise, que os enunciados produzidos sobre políticas de indexação podem ser compreendidos como guia e também como filosofia. **Conclusões:** Os sujeitos buscam por estudos mais aprofundados sobre a temática, visando à melhoria dos processos de indexação em um ideal de qualificação constante, de maneira que a política é vista não só como manual de orientação de processos, mas também como algo que reflete a natureza e cultura organizacional da unidade de informação quanto à Organização e Representação da Informação.

Descritores: Política de indexação. Indexação. Análise do Discurso.

^a Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI-UFPA). E-mail: valdenise.p@hotmail.com

^b Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI-UFPA). E-mail: francieleredigolo@gmail.com

^c Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI-UFPA). E-mail: thiagobarros@ufpa.br

^d Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (PPGCI-UNESP). E-mail: jota@marilia.unesp.br

1 INTRODUÇÃO

A temática da indexação é abordada por diferentes autores nacionais na atualidade (Fujita, Rubi, Guimarães, Redigolo, Boccato, entre outros) com o objetivo de aperfeiçoar os processos de indexação para representação e recuperação da informação nas unidades de informação, mas como essa política vem sendo caracterizada e qual o sentido expresso nos enunciados proferidos por seus sujeitos? Visto que o discurso oral ou escrito pode transmitir diferentes significados (BARROS, 2017a), uns podem ser claramente percebidos por seus receptores enquanto outros podem estar implícitos nas manifestações textuais ou orais.

Assim, com o intuito de verificar como os discursos sobre política de indexação se caracterizam atualmente e quais os sentidos expressos nos textos, propõem-se a análise de quatro artigos* de periódicos que tratam sobre a temática política de indexação, tendo como base a Análise do Discurso de linha francesa para concretizar tal estudo.

Os estudos da análise de discurso são direcionados ao exame do discurso e tudo o que envolve as suas condições de produção. Têm como objetivo “[...] compreender como um objeto simbólico produz sentido” (ORLANDI, 2001, p. 66), verificando os prováveis sentidos que um discurso assume ou pode assumir a partir de certas condicionantes sociais e históricas.

Desta forma, o objetivo do trabalho é verificar como se dão alguns

* FUJITA, M. S. L.; LACRUZ, M. D. C. A.; DIÁZ, R. G. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, p. 94-109, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1402>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, n. 28, v. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://br.123dok.com//document/1y97dnvq-politica-de-indexacao-em-bibliotecas-universitarias-estudo-diagnostico-e-analitico-com-pesquisa-participante.html>. Acesso em: 07 jul. 2017.

LOUSADA, M. *et al.* Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento Organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 191-202, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4136>. Acesso em: 07 jul. 2017.

SILVA, E. G.; BOCCATO, V. R. C. Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 05-18, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2017.

discursos realizados atualmente sobre a política de indexação e como eles são caracterizados no contexto da Organização e Representação da Informação. No entanto, a pretensão deste artigo não é efetuar uma análise exaustiva, verificando todos os sentidos e aspectos envolvidos dos vários discursos sobre política de indexação, pois, como afirma Orlandi (1999), não nos cabe compreender os múltiplos sentidos expressos em cada discurso, não existe a possibilidade de haver um leitor onisciente “cuja capacidade dominasse as múltiplas determinações de sentidos que jogam em um processo de leitura” (ORLANDI, 1999, p. 11).

2 A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

À medida que os construtos sociais se modificam e provocam mudanças, os processos relacionados com a produção, a aquisição, o uso e a disseminação da informação também vão se modificando, tornando-se cada vez mais dinâmicos. Diante disso, novos métodos, técnicas e procedimentos são desenvolvidos para aperfeiçoar e melhor gerenciar as informações em seus diversos contextos, visando a uma adequada e eficaz organização, armazenamento, recuperação e disseminação do conhecimento para a sociedade.

No contexto das unidades de informação, um dos processos utilizados para o tratamento e organização da informação é a indexação, ferramenta fundamental nessas unidades, principalmente em bibliotecas, que tem como objetivo, de modo geral, identificar os conceitos/assuntos dos documentos, isto é, termos que os representem tematicamente, mediante alguns procedimentos com fins a disponibilizá-los em catálogos, manuais ou automatizados, para posterior recuperação dessas informações e acesso aos documentos por seus usuários.

Conceitualmente, na concepção de Robredo e Cunha (1986 *apud* ARAÚJO JÚNIOR, 2007, p. 217), a indexação:

É o processo pelo qual se identificam os conceitos de que trata o documento, expressando-os na terminologia usada pelo autor

(linguagem natural) ou com o apoio de vocábulos [...] ou, ainda, por meio de códigos (linguagens documentárias, descritores, sistemas de classificação, etc.).

Observa-se, com isso, que o processo de indexação é uma atividade de extrema importância e que de seu bom desempenho dependem, também, o sucesso e a qualidade dos catálogos e o acesso aos documentos pelos usuários, pois “os termos atribuídos pelo indexador servem como ponto de acesso mediante os quais um item é localizado e recuperado” (LANCASTER, 2004, p. 6).

Porém, as fases e procedimentos relativos à indexação podem sofrer interferências e comprometer a sua qualidade, e, conseqüentemente, a recuperação da informação no momento da busca nos catálogos, pois a qualidade da indexação é “[...] definida em termos de eficácia de recuperação - a capacidade de recuperar o que é desejado e de evitar o que não é desejado” (LANCASTER, 2004, p. 92).

Para que os processos que envolvam as atividades de indexação sejam executados com precisão e qualidade, é necessário que haja nos ambientes das unidades de informação a política de indexação, norma que contém diretrizes para guiar as atividades de indexação tendo em vista a padronização e a qualidade dos serviços, estratégias para a boa recuperação, assim como o registro do conhecimento tácito sobre esses processos para orientação das atividades futuras.

A política de indexação, segundo Nunes (2004, p. 55), “é uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo.” Nesse sentido, Carneiro (1985, p. 222) afirma que os objetivos de uma política de indexação são “[...] definir essas variáveis, estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas.”

Desta forma, como exposto acima, a política de indexação é uma ferramenta utilizada para conduzir o eficaz tratamento e representação temática da informação através da indexação. No entanto, poucos são os

estudos relacionados a essa temática, pois, conforme pesquisa bibliográfica realizada por Rubi (2004, p. 12), “poucos autores trabalham com a política de indexação”. Fujita (2016) também enfatiza a necessidade de mais pesquisas sobre essa temática devido à escassez de literatura sobre o tópico.

Essa ausência de estudos sobre política de indexação, principalmente na perspectiva gerencial, de certa forma também reflete a inexistência de políticas de indexação nas unidades de informação. Gonçalves (2008, p. 26) enfatiza, claramente, o motivo dessa inexistência ao informar que:

A política de indexação não é vista nas bibliotecas pelo fato de não ser visualizada na perspectiva gerencial, ou seja, como um plano de funcionamento que tem como objetivo estabelecer diretrizes, critérios e prioridades no processo de indexação.

Fujita (2012, p. 20), afirma, ainda, que “a literatura não contempla uma definição para política de indexação, mas o conceito é identificado pela função e objetivos”, outro fator que revela os poucos estudos deste tema.

Diante disso, procura-se com este estudo verificar como a política de indexação vem sendo caracterizada na literatura de artigos científicos atuais através dos discursos dos sujeitos que tratam sobre tal temática, assim como quais os sentidos expressos nesses discursos a partir dos contextos, condições de produções e ideologias, uma vez que os estudos e discussões sobre esse tema ainda são poucos.

Para alcançar esse objetivo, este estudo fará uso da Análise do Discurso, visto que ela “[...] não está interessada no texto em si como objetivo final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso” (ORLANDI, 2001, p. 72), pois, como afirma Barros (2015, p. 69), a Análise do Discurso se preocupa com o além-texto, ao verificar “[...] em que medida a construção de um texto remete às esferas ideológicas.”

3 COMPREENDENDO AS PRODUÇÕES TEXTUAIS E SEUS ENUNCIADOS A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

Buscando compreender os diferentes sentidos que uma produção textual (verbal ou não verbal) possa conter e os fatores históricos, sociais e culturais

que constituem e influenciam a produção desses sentidos, além dos próprios sujeitos, a Análise do Discurso vem tratar exclusivamente do discurso em todo o seu contexto de produção, considerando que, para compreender os muitos sentidos que possam estar contidos em um texto, não basta apenas analisar os aspectos formais da língua e de transmissão da informação, é necessário analisar todos os aspectos que envolvam a relação do sujeito e produção de sentido, assim como as condições sociais e ideológicas presentes nas produções textuais, pois, como afirma Orlandi (2001), no funcionamento da linguagem os sujeitos e sentidos são afetados pela língua e pela história.

Para essa efetivação, a Análise do Discurso de linha francesa, conforme Pinto (2002), procurou desde os anos 70 articular linguística e história ao buscar no texto o restabelecimento da dimensão histórica do sujeito. Seus principais influentes são Michel Foucault e Michel Pêcheux.

Michel Pêcheux, considerado o pai da Análise do Discurso na França, ao aliar sujeito, história e língua, fundamenta a Análise do Discurso com base “nas releituras de três grandes autores: [...] Marx, no que se relaciona à estrutura econômica; Freud, nas interpretações do subconsciente; e Saussure, com a Linguística estrutural” (BARROS, 2015, p. 39).

Dessa forma, os princípios fundamentais da Análise do Discurso, seguindo as ideias de Pêcheux, são estruturados a partir de três áreas do conhecimento: o Materialismo Histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações; a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a Teoria do Discurso, como teoria da terminação histórica dos processos semânticos (ORLANDI, 1999, p. 19).

Assim, a Análise do Discurso, ao se associar à Sociologia e à História, e relacionar-se também com a Linguística, procura estudar o discurso enquanto materialidade da ideologia de práticas sociais do sujeito em um determinado espaço e tempo (BARROS, 2015), tratando de forma diferente a história, o social e a ideologia, pois a noção desses três aspectos para a Análise do Discurso é outra, visto que ela inaugura “uma região teórica própria em relação à Linguística como em relação às Ciências Sociais” (ORLANDI, 1994, p. 9, *apud* BARROS, 2015, p. 45).

Desse modo, a Análise do Discurso de linha francesa vem analisar os discursos orais ou escritos que estejam em formato que possa ser analisado, como textos, imagens, gravações de vídeo, propagandas etc., sendo que essa linha é atualmente a mais utilizada para análise desses discursos (ORLANDI, 2001).

Posto isso, esta pesquisa se baseia no método de análise da linha francesa, seguindo os procedimentos de Orlandi (2001): paráfrases (repetição) e metáfora (deslize), procurando mostrar os ditos e não ditos, isto é, os prováveis e improváveis sentidos dos discursos, através de recortes que mostram a repetição e/ou o deslocamento dos sentidos. Busca-se, também, através da polissemia, os vários sentidos que um discurso pode assumir ou não, aliando a isso a compreensão das relações do sujeito com o contexto sócio-histórico-ideológico.

Ao verificar a linguagem em seu contexto, a produção do discurso se faz na junção de dois processos: o parafrástico, o qual “permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas”, ou seja, o mesmo sentido se apresenta em diferentes formas (frases, texto, propagandas, imagens, etc.); e o polissêmico, o qual é “responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos” (ORLANDI, 1999, p. 20).

4 METODOLOGIA

Para a concretização deste estudo, efetuou-se um levantamento da produção científica dos periódicos de maior relevância na área de Ciência da Informação, no período de 2011 a 2016, para coleta de material bibliográfico que tratasse da temática política de indexação.

A escolha dos periódicos deu-se a partir da classificação de qualidade dada pelo sistema Qualis-Periódicos, gerenciado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de Comunicação e Informação, pois estudos referentes ao tema de indexação na organização e representação da informação encontram-se nos artigos de periódicos relacionados ao campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação classificados pela CAPES nessa

área.

Dessa forma, os periódicos escolhidos como universo de pesquisa foram os que se enquadram no estrato A1, a saber: *Perspectivas em Ciência da Informação*, *Informação & Sociedade* e *TransInformação*, todos com acesso *online* e disponíveis através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que permite consulta ao texto completo.

A estratégia de busca utilizada para a recuperação dos artigos foram os termos “política de indexação” e “políticas de indexação”, uma vez que ao utilizar somente a primeira expressão obteve-se um número pequeno ou resultado negativo na pesquisa. Por conta disso, buscou-se pelos dois termos em todas as categorias (título, resumo, palavras-chave, texto completo), com objetivo de recuperar o máximo de artigos.

Após o resultado de busca, fez-se primeiramente análise do material recuperado, verificando títulos e palavras-chave para, posteriormente, realizar a leitura dos resumos e algumas vezes também do texto completo, com intuito de identificar os artigos que de fato tratavam da temática da política de indexação.

Os resultados podem ser observados no quadro a seguir:

Quadro 1 - Periódicos *online* utilizados como universo da pesquisa e artigos selecionados como corpus de análise (período 2011-2016)

Periódicos Artigos	Quantidade de artigos recuperados com os termos:	Artigos recuperados, excluindo os duplicados	Artigos selecionados para análise*
Informação & Sociedade: Estudos (ISSN: 1809-4783)	Política de indexação: 2 Políticas de indexação: 2	3	1
Perspectivas em Ciência da Informação (ISSN: 1981-5344)	Política de indexação: 0 Políticas de indexação: 1	1	1
TransInformação (ISSN: 2318-0889)	Política de indexação: 2 Políticas de indexação: 0	2	2
	Total	6	4

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

*Foram excluídos da análise uma resenha e um artigo que não tratavam de fato sobre política de indexação.

5 ANÁLISE DOS TEXTOS SOBRE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO SELECIONADOS

Após leitura dos textos selecionados, foram destacados alguns recortes que respondam às questões propostas por este estudo, mais precisamente trechos que tratam dos conceitos e características da política de indexação para verificar quais são as formulações discursivas atualmente realizadas sobre essa temática e como elas são caracterizados no contexto da Organização e Representação da Informação.

Para uma sistematização da análise, primeiramente, procurou-se analisar as condições de produção dos enunciados para posterior compreensão do discurso que contempla o conjunto de enunciados referente à temática política de indexação, isto é, compreensão dos vários sentidos do discurso.

O corpus para análise é constituído por recortes, material linguístico, que sustentarão as respostas às questões desta pesquisa. Assim tem-se conforme o quadro 2:

Quadro 2 - Recortes dos artigos selecionados para análise

Recortes	Autores / Periódico
“As políticas de indexação apresentam-se como um recurso para o processo de análise de conteúdos informacionais, visto que apresenta uma metodologia capaz de representar os conteúdos informacionais de forma satisfatória”	Lousada <i>et al.</i> (2011, Informação & Sociedade)
“[...] uma política de indexação que visa não somente estabelecer critérios técnicos, mas também ampliar os conceitos para uma visão que considera uma unidade de informação como uma organização”	Lousada <i>et al.</i> (2011, Informação & Sociedade)
“Uma política de indexação vai além de um procedimento técnico que estabelece parâmetros para a execução da indexação propriamente dita”	Lousada <i>et al.</i> (2011, Informação & Sociedade)
“A política de indexação não deve ser tida como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim uma filosofia que reflete os interesses e objetivos da biblioteca (organização)”	Lousada <i>et al.</i> (2011, Informação & Sociedade)
“A política de indexação reflete a missão e, mais especificamente, os objetivos da organização”	Lousada <i>et al.</i> (2011, Informação & Sociedade)
“Para Carneiro (1985) o objetivo da política de indexação refere-se, primeiramente, ao estabelecimento de princípios e critérios que servirão de guia para a otimização dos serviços que se quer prestar e, ainda, a racionalização dos processos para que os usuários tenham acesso, de maneira eficiente, a qualquer documento ou informação, o mais rápido possível”	Lousada <i>et al.</i> (2011, Informação & Sociedade)
“A política de indexação constitui-se em fator fundamental	Lousada <i>et al.</i> (2011,

para que as unidades de informação possam atuar como disseminadoras do conhecimento na interface com o usuário”	Informação & Sociedade)
“Políticas de indexação da biblioteca que se referem à seleção de termos com especificidade, exaustividade e correção e ao uso da linguagem documentária”	Fujita; LaCruz; Díaz (2012, Perspectivas em Ciência da Informação)
“É preciso desenvolver investigações centradas na indexação [...] para observar a precisão, relevância e especificidade das buscas por assuntos nos catálogos de bibliotecas, e de elaboração de políticas de indexação para as bibliotecas [...] (FUJITA, 2009; GUIMARAES, 2004; GIL LEIVA, 2008)”	Fujita; LaCruz; Díaz (2012, Perspectivas em Ciência da Informação)
“O estabelecimento de uma política de indexação torna-se colaborativa [...], visando a definição, dentre outros elementos, de um sistema automatizado que contribua com a construção e com o fortalecimento de uma rede de bibliotecas”	Silva; Boccato (2012, TransInformação)
“De acordo com Carneiro (1985), as políticas de indexação são guias para a tomada de decisões no planejamento de sistemas de recuperação da informação, de forma a garantir que qualquer informação seja fornecida ao usuário no momento preciso e da maneira mais eficiente e econômica possível”	Fujita; Santos (2016, TransInformação)
“A política de indexação é um instrumento muito útil em uma biblioteca por buscar soluções para questões como a recuperação por assunto, melhorando sua visibilidade perante o usuário”	Fujita; Santos (2016, TransInformação)
“Pode-se alcançar, com a política de indexação, a harmonização do acesso por assunto em catálogos e bases de dados, tornando explícitas as decisões relativas à indexação para a equipe de trabalho e para os usuários que realizem busca por assunto” (RUBI, 2008)	Fujita; Santos (2016, TransInformação)
“O estabelecimento da política de indexação é [...] imprescindível em sistemas de recuperação da informação, posto que estabelece seus principais atributos e orienta a tomada de decisões para seu planejamento”	Fujita; Santos (2016, TransInformação)
“A política de indexação pode ser definida como um “conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação” (FUJITA, 2012, p. 22)	Fujita; Santos (2016, TransInformação)
“É essa política [de indexação] que, ao orientar, compor estratégias e instrumentar a ação para representar a informação e as necessidades dos usuários, atende à racionalização e à objetividade que a prática profissional requer, minimizando a subjetividade característica dessa atividade e, com isso, aprimorando à recuperação da informação”	Fujita; Santos (2016, TransInformação)

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com base nos trechos selecionados, pode-se entender melhor os enunciados sobre a temática política de indexação formulados por seus autores, uma vez que, como afirma Pêcheux (2012, p. 53), “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.”

Os enunciados encontrados nesses artigos científicos sobre política de

indexação são os resultados de pesquisas institucionalizadas em ambientes universitários, visto que alguns autores são discentes de programa de pós-graduação e outros são docentes vinculados a essas instituições de ensino. Assim, os artigos (textos), como materialidade do discurso, retratam aspectos da sociedade e dos sujeitos que os produzem, isto é, “os sentidos de um texto estão determinados pela posição que ocupam aqueles que o produzem” (ORLANDI, 1999, p. 12).

Observa-se que os sujeitos expressam em seus discursos as idealizações de seus contextos sociais tanto em nível de pesquisa teórica para estudos de aperfeiçoamento ao tratamento temático da informação como para melhorias da prática da indexação nas unidades de informação ao traçar metodologias para a elaboração e implantação dessas políticas, pois “não se pode dissociar a escrita da história de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 20).

A partir dos recortes selecionados como mencionado no quadro 2, construíram-se três quadros (quadros 3, 4 e 5) para a efetivação da análise dos enunciados pelo processo parafrástico, conforme exposto a seguir. Este estudo fez uso do modelo de análise conforme traçado por Barros (2017b), que sistematizou em um quadro os procedimentos para análise do discurso com base em Pêcheux e Fuchs (1975, p. 180 *apud* BARROS, 2017b).

Quadro 3 - Análise discursiva dos enunciados selecionados

Enunciação/superfície-linguística
“As políticas de indexação apresentam-se como um recurso para o processo de análise de conteúdos informacionais, visto que apresenta uma metodologia capaz de representar os conteúdos informacionais de forma satisfatória” Lousada <i>et al.</i> (2011)
“Pode-se alcançar, com a política de indexação, a harmonização do acesso por assunto em catálogos e bases de dados, tornando explícitas as decisões relativas à indexação para a equipe de trabalho e para os usuários que realizem busca por assunto” Fujita; Santos (2016)
“O estabelecimento da política de indexação é [...] imprescindível em sistemas de recuperação da informação, posto que estabelece seus principais atributos e orienta a tomada de decisões para seu planejamento” Fujita; Santos (2016)
“A política de indexação é um instrumento muito útil em uma biblioteca por buscar soluções para questões como a recuperação por assunto, melhorando sua visibilidade perante o usuário” Fujita; Santos (2016)
“As políticas de indexação são guias para a tomada de decisões no planejamento de

sistemas de recuperação da informação, de forma a garantir que qualquer informação seja fornecida ao usuário no momento preciso e da maneira mais eficiente e econômica possível” Fujita; Santos (2016)

“O objetivo da política de indexação refere-se, primeiramente, ao estabelecimento de princípios e critérios que servirão de guia para a otimização dos serviços que se quer prestar e, ainda, a racionalização dos processos para que os usuários tenham acesso, de maneira eficiente, a qualquer documento ou informação, o mais rápido possível” Lousada *et al.* (2011)

Esquecimento nº 2 /paráfrases

“recurso para o processo de análise de conteúdos informacionais”

“metodologia capaz de representar os conteúdos informacionais”

“tornando explícitas as decisões relativas à indexação”

“orienta a tomada de decisões”

“buscar soluções para questões como a recuperação por assunto”

“guias para a tomada de decisões”

“guia para a otimização dos serviços”

Discurso/ Esquecimento nº 1

O discurso sobre política de indexação vem se propagando, materializando na língua, como *guia* a ser seguido pelas unidades de informações para alcançar seus objetivos primordiais de organização, armazenamento, recuperação e disseminação da informação, visto que apresenta uma regularidade nos recortes selecionados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Quadro 4 - Análise discursiva dos enunciados selecionados

Enunciação/superfície-linguística

“É essa política [de indexação] que, ao orientar, compor estratégias e instrumentar a ação para representar a informação e as necessidades dos usuários, atende à racionalização e à objetividade que a prática profissional requer, minimizando a subjetividade característica dessa atividade e, com isso, aprimorando à recuperação da informação” Fujita; Santos (2016)

“Políticas de indexação da biblioteca que se referem à seleção de termos com especificidade, exaustividade e correção e ao uso da linguagem documentária” Fujita; LaCruz; Díaz (2012)

“É preciso desenvolver investigações centradas na indexação [...] para observar a precisão, relevância e especificidade das buscas por assuntos nos catálogos de bibliotecas, e de elaboração de políticas de indexação para as bibliotecas [...]” Fujita; LaCruz; Díaz (2012)

Esquecimento nº 2 /paráfrases

“orientar, compor estratégias e instrumentar a ação para representar a informação”

“racionalização e à objetividade que a prática profissional requer”

“seleção de termos com especificidade, exaustividade”

“observar a precisão, relevância e especificidade das buscas por assuntos”

Discurso/ Esquecimento nº 1

O sentido por trás do discurso sobre política de indexação como guia, é a busca de conscientização e responsabilidade quanto aos fazeres biblioteconômicos da indexação, mas também mostra o interesse em atender as demandas de usuários quanto ao acesso à informação de forma mais eficiente, rápido e econômico possível.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Verifica-se que a construção desse discurso está vinculada a outros discursos, principalmente observados nas citações de autores que trataram a temática política de indexação em anos anteriores com o mesmo sentido de

guia para orientação de atividades (CARNEIRO, 1985; RUBI, 2008; FUJITA, 2009), ou seja, os artigos analisados são formados por diferentes composições vindas de outros textos, pois, como afirma Orlandi (1999, p. 11), “os sentidos que podem ser lidos, então, em um texto não estão necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos.”

Nessa perspectiva, os sujeitos enunciativos, autores dos artigos nesse caso, não são os únicos responsáveis por todos os sentidos presentes nos artigos quanto à política de indexação, eles retomam sentidos preexistentes em outros artigos, não sendo a fonte exclusiva de seus discursos.

Desse modo, visualizam-se outras falas expressas nos recortes de forma direta e outras indiretas que compõem o discurso sobre política de indexação como guia de processos, pois “todo texto é sempre uma unidade complexa; não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com outros” (ORLANDI, 2001, p. 89).

Assim, a historicidade do discurso sobre política de indexação como guia vem sendo construída e repassada nos artigos, pois “as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis, é desse modo que a história se faz presente na língua” (ORLANDI, 2001, p. 67).

Quadro 5 - Análise discursiva dos enunciados selecionados

Enunciação/superfície-linguística
“A política de indexação não deve ser tida como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim uma filosofia que reflete os interesses e objetivos da biblioteca (organização)” Lousada <i>et al.</i> (2011)
“Uma política de indexação vai além de um procedimento técnico que estabelece parâmetros para a execução da indexação propriamente dita” Lousada <i>et al.</i> (2011)
“A política de indexação reflete a missão e, mais especificamente, os objetivos da organização” Lousada <i>et al.</i> (2011)
“[...] uma política de indexação que visa não somente estabelecer critérios técnicos, mas também ampliar os conceitos para uma visão que considera uma unidade de informação como uma organização” Lousada <i>et al.</i> (2011)
“A política de indexação pode ser definida como um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação” Fujita; Santos (2016)
“O estabelecimento de uma política de indexação torna-se colaborativa [...], visando a definição, dentre outros elementos, de um sistema automatizado que contribua com a construção e com o fortalecimento de uma rede de bibliotecas” Silva; Boccato (2012)

“A política de indexação constitui-se em fator fundamental para que as unidades de informação possam atuar como disseminadoras do conhecimento na interface com o usuário” Lousada *et al.* (2011)

Esquecimento nº 2 /paráfrases

“filosofia que reflete os interesses e objetivos da biblioteca”
“vai além de um procedimento técnico”
“reflete a missão [...] os objetivos da organização”
“não somente estabelecer critérios técnicos”
“refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional”
“torna-se colaborativa [...] fortalecimento de uma rede de bibliotecas”
“unidades de informação possam atuar como disseminadoras do conhecimento”

Discurso/ Esquecimento nº 1

Pode-se inferir, a partir dos discursos, que há um deslocamento do sentido sobre temática política de indexação ao verificar que ela vai além de um simples *guia* de procedimentos para organização da informação, sendo visualizada também como *filosofia*, visando não somente à orientação dos profissionais e à padronização de processos de representação temática, mas também relacionando-se a um contexto maior da própria Instituição como filosofia, envolvendo todo o sistema de unidades de informação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A concepção de uma filosofia para o ideal tratamento e organização da informação reflete os discursos que hoje predominam na Sociedade da Informação de que as unidades de informação (organizações), como detentoras do conhecimento, têm como função fundamental disseminar e tornar acessível a informação para sua comunidade de forma rápida e eficiente, mas que nem sempre é possível devido a fatores internos e externos das próprias unidades de informação e dos ambientes nos quais estão inseridas.

Observa-se, dessa forma, a relação de poder que a Sociedade da Informação exerce sobre as unidades de informação, quando as pressiona indiretamente para estas tornem acessível de imediato as informações organizadas para a sociedade em um fluxo sempre crescente de exigências, o que acaba refletindo diretamente no processo de indexação para representação e organização da informação, tomando a política de indexação como filosofia que permite minimizar os erros de representação temática e aperfeiçoar a organização da informação para a sociedade exigente.

Nesse contexto, o sentido de filosofia foi atrelado à temática política de indexação justamente pela função que uma política exerce dentro das instituições:

As políticas são parâmetros que auxiliam na tomada de decisões e nas ações que devem ser realizadas, determinando o que deve e o que não deve ser feito, possibilitando a

adaptação às estratégias adotadas pela organização. Devem ser coerentes e integradas com as metas da organização para deste modo exequível o objetivo estabelecido pela instituição (ALMEIDA, 2000, p. 6 *apud* GONÇALVES, 2008, p. 25).

Diante disso, a política, vista como suporte ao processo de indexação que dá amparo ao profissional da informação na execução de suas tarefas, é uma idealização de que as políticas são de fato instrumentos normalizadores que orientam a tomada de decisão para o funcionamento eficaz das atividades e sem elas as instituições não alcançam de maneira eficiente seus objetivos e metas.

Essa mudança de sentido retrata as próprias mudanças de valores culturais das organizações, contexto em que as unidades de informação e instituições de ensino (universidades) estão inseridas, fazendo com que as políticas de indexação sejam visualizadas como filosofia por seus sujeitos, englobando não somente as orientações de processos, mas a idealização, missão e papel da unidade de informação para a organização e disseminação da informação para a sociedade.

Da mesma forma, as organizações e instituições, através de suas políticas e instrumentos normativos, influenciam seus membros a modificarem seus comportamentos em prol do cumprimento da missão da organização e desenvolvimento eficaz das atividades, pois possuem o poder manifestado pelo componente autoridade quando têm o direito instituído para tomar decisões e ordenar ações a outros (DIAS, 2008).

Essa atitude não é diferente nas unidades de informações em relação ao tratamento e organização da informação, elevando para tanto a política de indexação ao patamar de filosofia, pois, ao associá-la à própria filosofia da unidade de informação e por conseguinte da instituição, verifica-se o seu direcionamento para uma escala maior dentro da instituição, comparando-a aos instrumentos normativos para que tenha uma aceitabilidade maior, em que os instrumentos com capacidade de mudança têm maior poder de influência do que manuais de orientação de processos, podendo assim exercer mais domínio.

Observa-se, portanto, que o contexto social, cultural e as próprias

condições de produção dos artigos dos sujeitos influenciam em seus discursos sobre política de indexação e nos sentidos que serão expressos nas suas produções textuais, pois, como afirma Piovezani e Sargentini (2011, p. 20), “a história reclama e impõe sentidos aos seus fatos e eventos, a partir de condições sociais e institucionais que condicionam a memória e o esquecimento, a continuidade e o abandono do pensamento e do saber.”

Desse modo, verifica-se, a partir dos recortes selecionados, que ao mesmo tempo há uma continuidade de sentido no discurso sobre política de indexação ao observar “diferentes formulações do mesmo dizer” (ORLANDI, 2001, p. 36), tendo a política de indexação como guia de processos, e também um deslocamento ao relacioná-la à filosofia, mudando o sentido do discurso, tendo “ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2001, p. 36).

Isso é cabível, visto que o “texto não é tomado como unidade fechada sobre si [...], pois sua constituição está antes em outros discursos que se repetem e se contradizem” (MITTMANN, 2007, p. 159), favorecendo, dessa maneira, a continuidade do sentido ou a sua ruptura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar no discurso os prováveis sentidos que a política de indexação pode assumir atualmente, considerando o sujeito, a sua história, a ideologia e o seu contexto social, verificou-se, primeiramente, que os discursos atuais sobre políticas de indexação são constituídos pelas formações discursivas dos ambientes onde seus sujeitos estão inseridos, ambientes acadêmicos das instituições de ensino, mais precisamente nos programas de pós-graduação e seus grupos de pesquisas, espaços historicamente associados à produção de conhecimento, pois, como afirma Pêcheux, um discurso sempre é “[...] pronunciado a partir de condições de produções dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 77 *apud* BARROS, 2015, p. 55).

Nesse sentido, observou-se que os discursos produzidos nesses ambientes sobre políticas de indexação como guia e também como filosofia refletem as condições de produção e seus contextos institucionais, nos quais

os sujeitos buscam por estudos mais aprofundados para a temática visando à melhoria dos processos de indexação em um ideal de qualificação constante, tendo a política não só como manual de orientação de processos, mas também como algo que reflete a natureza e cultura organizacional da unidade de informação quanto à organização e à disseminação da informação.

Dessa forma, os discursos reproduzem uma continuidade de discursos anteriores ao trabalharem o tema com as mesmas preocupações e características de autores que já trataram a política de indexação como guia de processos em outro tempo e espaço, mas também se verifica um deslocamento quando o sentido é modificado para filosofia.

O discurso sobre política de indexação como uma filosofia é o resultado do conjunto de fatores que compõem seus enunciadores, isto é, o discurso é formado pelas condições de produções dadas, principalmente dos ambientes acadêmicos de ensino e pesquisa, nos quais os contextos dos sujeitos estão atravessados por uma formação ideológica de que as atividades precisam estar discriminadas e regulamentadas em uma política.

Portanto, o sentido desse discurso reflete que a política de indexação, dentro de uma unidade de informação, deve retratar a sua cultura, seus valores e missão, trazendo a idealização de que as atividades de indexação devem ser desempenhas sempre com eficiência e eficácia, visando à homogeneidade de procedimentos, auxílio na tomada de decisões e continuidade das deliberações, para então tornar acessível a informação aos seus usuários através de uma recuperação de qualidade e atender, assim, às exigências da Sociedade da Informação quanto à organização e ao acesso imediato às informações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BARROS, T. H. B. Discurso, informação e conhecimento: perspectivas iniciais à Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 3, p. 26-33, 2017a. Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/6680/4650>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BARROS, T. H. B. Discurso, documento e Arquivística: trajetória de uma área. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 97-110, 2017b. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/35555/18547>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BARROS, T. H. B. Por uma teoria do discurso: reconsiderações histórico-conceituais. In: BARROS, T. H. B. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso**: inflexões histórico-conceituais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 27-71. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/r6q5k/pdf/barros-9788579836619.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 18 maio 2016.

DIAS, R. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Ática, 2008.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Orgs.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 03 jan. 2017.

FUJITA, M. S. L. A indexação na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação, educação e futuro. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 87-93.

FUJITA, M. S. L. Política de indexação para bibliotecas: funções e finalidades. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/.../politicas-de-indexacao-para-bibliotecas_ebook. Acesso em: 22 mar. 2016.

FUJITA, M. S. L.; LACRUZ, M. D. C. A.; DIÁZ, R. G. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, p. 94-109, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1402>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante.

TransInformação, Campinas, n. 28, v. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://br.123dok.com//document/1y97dvnq-politica-de-indexacao-em-bibliotecas-universitarias-estudo-diagnostico-e-analitico-com-pesquisa-participante.html>. Acesso em: 07 jul. 2017.

GIL LEIVA, I. **Manual de indización**: teoría y práctica. Gijón: Trea, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, S. A. G. (Coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. p. 43-52.

GONÇALVES, M. C. **A indexação em catálogo on-line em bibliotecas universitárias na percepção de usuários integrantes de grupos de pesquisa**: uma contribuição ao desenvolvimento de política de indexação na rede de bibliotecas da UNESP/ Maria Carolina Gonçalves. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/goncalves_mc_me_mar.pdf. Acesso em: 29 mar. 2016.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e pratica. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOUSADA, M.; LOPES, E. C.; FUJITA, M. S. L.; VALENTIM, M. L. P. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento Organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 191-202, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4136>. Acesso em: 07 jul. 2017.

MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/index.php/biblos/article/view/411>. Acesso em: 28 abr. 2016.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. (Coleção passando a limpo).

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 6. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discurso. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

RUBI, M. P. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/.../rubi_mp_me_mar.pdf. Acesso em: 25 fev. 2016.

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103388/rubi_mp_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 out. 2018.

SILVA, E. G.; BOCCATO, V. R. C. Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 05-18, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2017.

INDEXING POLICY AND ITS MEANINGS: A STUDY BASED ON DISCOURSE ANALYSIS

ABSTRACT

Introduction: The topic of indexation policy is discussed by different authors in order to improve indexing processes for information representation and retrieval. **Objective:** To verify the discursive formulations currently performed in this universe and how they are characterized in the context of Organization and Representation of Information. **Methodology:** Qualitative and descriptive research, articles on the indexation policy published in the last five years, 2011-2016, were analyzed in national scientific journals in the area of "Communication and Information", which encompasses periodicals of Information Science classified in Qualis-Periodicals with A1 stratification. The approach of Discourse Analysis employed is the one of French origin, having as theoretical foundation the conceptual framework of Michel Pêcheux. **Results:** It was realized, through the analysis operation, that the statements produced on indexation policies can be understood as a guide and also as a philosophy. **Conclusions:** The subjects search for more in-depth studies on the subject, aiming at the improvement of the indexing processes in an ideal of constant qualification, so that the policy is seen not only as a manual of process orientation, but also as something that reflects the nature and organizational culture of the information unit regarding Organization and Representation of Information.

Descriptors: Indexing Policy. Indexing. Discourse Analysis.

POLÍTICA DE INDEXACIÓN Y SUS SENTIDOS: UN ESTUDIO A PARTIR DEL ANÁLISIS DEL DISCURSO

RESUMEN

Introducción: La temática de la política de indexación es debatido por distintos creadores con la finalidad de perfeccionar los procedimientos de indexación hacia representación y recuperación de la información. **Objetivos:** comprobar cuáles son las formulaciones discursivas actualmente llevadas a cabo en este universo Y cómo son caracterizadas en lo que es vinculado con la Organización y Representación de la Información. **Metodología:** Investigación cualitativa y descriptiva, se examinó artículos que abordan la cuestión política de indexación publicados en los últimos cinco años, 2011-2016, en las publicaciones periódicas científicas nacionales en el zona de "Comunicación e Información", que incluye publicaciones periódicas de la Ciencia de la Información catalogados en el artículo Cuales-Periódicos con estratificación A1. El enfoque del Análisis del Discurso empleado radica en la vertiente francesa, teniendo cómo pruebas teóricas el paquete conceptual de Michel Pêcheux. **Resultados:** Se percibió, por medio de la operación de análisis, que los establecidos producidos a respecto de políticas de indexación pueden entenderse cómo manual y hasta cómo filosofía. **Conclusiones:** Los sujetos buscan estudios más profundos con respecto a la temática, en la búsqueda por la mejora de los procedimientos de indización en un ideal de cualificación recogidos, de manera que la política sea percibida no sólo cómo manual de orientación del procesos, pero también ¿cómo alguna cosa que refleja lo caracter y cultura organizacional de la unidad de información cuando se trata de Organización y la Representación de la Información.

Descriptores: Política de indexación. Indexación. Análisis del Discurso.